



GD CONCURSOS

Professor B (Educação Infantil e Anos
Iniciais do Ensino Fundamental) -
Atendimento educacional aos alunos com
deficiência

Banca Organizadora: IBAM

Cargo: PROFESSOR DOCENTE II

Instituição/Órgão: PREFEITURA MUNICIPAL DE
ARRAIAL DO CABO - RJ

Área de Conhecimento: Professor B (Educação
Infantil e Anos Iniciais do Ensino Fundamental) -
Atendimento educacional aos alunos com deficiência



Resumo Executivo



Síntese do Conteúdo

Material sobre **Professor B (Educação Infantil e Anos Iniciais do Ensino Fundamental) - Atendimento educacional aos alunos com deficiência** para IBAM, estruturado em 5 seções principais.



Conceitos-Chave

Fundamentos Legais e Conceituais da Educação Inclusiva, Atendimento Educacional Especializado (AEE): Estrutura, Objetivos e Funcionamento, Adaptações Curriculares e Estratégias Pedagógicas Inclusivas



Informações de Estudo

Seções: 5



1. Fundamentos Legais e Conceituais da Educação Inclusiva

- 1.1 Introdução
- 1.2 Conceitos Fundamentais
- 1.3 Pontos Importantes para Concursos
- 1.4 Exercícios Práticos
- 1.5 Dicas de Estudo

2. Atendimento Educacional Especializado (AEE): Estrutura, Objetivos e Funcionamento

- 2.1 Introdução
- 2.2 Conceitos Fundamentais
- 2.3 Pontos Importantes para Concursos
- 2.4 Exercícios Práticos
- 2.5 Dicas de Estudo

3. Adaptações Curriculares e Estratégias Pedagógicas Inclusivas

- 3.1 Introdução
- 3.2 Conceitos Fundamentais
- 3.3 Pontos Importantes para Concursos
- 3.4 Exercícios Práticos
- 3.5 Dicas de Estudo

4. Recursos, Tecnologia Assistiva e Acessibilidade na Educação

- 4.1 Introdução
- 4.2 Conceitos Fundamentais
- 4.3 Pontos Importantes para Concursos
- 4.4 Exercícios Práticos
- 4.5 Dicas de Estudo

5. Papel dos Profissionais, Família e Comunidade na Inclusão Educacional

- 5.1 Introdução
- 5.2 Conceitos Fundamentais
- 5.3 Pontos Importantes para Concursos
- 5.4 Exercícios Práticos

- Fundamentos Legais e Conceituais da Educação Inclusiva
- Atendimento Educacional Especializado (AEE): Estrutura, Objetivos e Funcionamento
- Adaptações Curriculares e Estratégias Pedagógicas Inclusivas
- Recursos, Tecnologia Assistiva e Acessibilidade na Educação
- Papel dos Profissionais, Família e Comunidade na Inclusão Educacional

1. Fundamentos Legais e Conceituais da Educação Inclusiva

1.1 Introdução

A Educação Inclusiva representa uma mudança de paradigma em relação aos modelos anteriores de segregação e integração. Não se trata apenas de garantir o acesso de alunos com deficiência à escola, mas de transformar o sistema educacional para que ele seja capaz de acolher e promover o desenvolvimento de TODOS os estudantes, reconhecendo e valorizando a diversidade humana. Para a banca IBAM, o domínio deste tema passa, invariavelmente, pelo conhecimento preciso da legislação vigente. A abordagem da banca é notadamente "legalista", exigindo do candidato a memorização e a correta interpretação da letra da lei, especialmente da Constituição Federal, da LDB e da Lei Brasileira de Inclusão (LBI).

Historicamente, o percurso foi da **Segregação** (instituições especializadas separadas), passando pela **Integração** (o aluno com deficiência se adapta à escola comum, muitas vezes em classes especiais), até chegar à **Inclusão** (o sistema escolar se adapta para atender às necessidades de todos os alunos, que aprendem juntos no mesmo ambiente). A IBAM costuma explorar as diferenças conceituais entre integração e inclusão em suas questões.

1.2 Conceitos Fundamentais

O entendimento aprofundado dos conceitos a seguir é crucial, pois eles formam a base da argumentação legal e pedagógica que a banca IBAM explora.

Quadro Comparativo: Integração vs. Inclusão

A IBAM frequentemente elabora questões que exigem a distinção entre estes dois conceitos. A confusão entre eles é uma armadilha comum.

Critério	Modelo de Integração	Modelo de Inclusão
Foco	No aluno e no seu "déficit". O aluno precisa se adaptar à escola.	No sistema educacional e na eliminação de barreiras. A escola se adapta ao aluno.
Ambiente	O aluno está na escola regular, mas pode frequentar classes especiais ou serviços segregados.	Todos os alunos aprendem juntos na mesma sala de aula regular.
Objetivo	Inserir o aluno "apto" no sistema existente.	Transformar a cultura, as políticas e as práticas da escola para todos.
Legislação Associada (Exemplo)	Visão mais antiga, presente em normativas superadas.	LBI (Lei 13.146/15), PNEEPEI (2008).

Público-alvo da Educação Especial: Conforme a Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva (PNEEPEI, 2008) e consolidado pela legislação, o público-alvo do Atendimento Educacional Especializado (AEE) é composto por:

- **Alunos com Deficiência:** Aqueles com impedimentos de longo prazo de natureza física, mental, intelectual ou sensorial, os quais, em interação com diversas barreiras, podem obstruir sua participação plena e efetiva na sociedade em igualdade de condições com as demais pessoas (Conceito da Convenção da ONU, internalizado pela LBI).
- **Alunos com Transtornos Globais do Desenvolvimento (TGD):** Aqueles que apresentam alterações qualitativas nas interações sociais recíprocas e na comunicação, um repertório de interesses e atividades restrito, estereotipado e repetitivo. Incluem-se nesse grupo alunos com Transtorno do Espectro Autista (TEA).
- **Alunos com Altas Habilidades ou Superdotação:** Aqueles que demonstram potencial elevado em qualquer uma das seguintes áreas, isoladas ou combinadas: intelectual, acadêmica, liderança, psicomotricidade e artes, além de apresentar grande criatividade, envolvimento na aprendizagem e realização de tarefas em áreas de seu interesse.

Atendimento Educacional Especializado (AEE): Este é um dos pontos mais cobrados pela IBAM. É fundamental dominar suas características, conforme o Decreto nº 7.611/2011:

- **Natureza:** É um serviço da educação especial que "identifica, elabora e organiza recursos pedagógicos e de acessibilidade que eliminem as barreiras para a plena participação dos alunos, considerando suas necessidades específicas".
- **Caráter:** É **complementar** (para alunos com deficiência e TGD) ou **suplementar** (para alunos com altas habilidades/superdotação) à formação dos alunos.

- **NÃO SUBSTITUTIVO:** O AEE **NUNCA** substitui o ensino regular. A matrícula no AEE pressupõe a matrícula na classe comum. A IBAM adora criar alternativas que sugerem que o AEE pode substituir a sala de aula regular.
- **Local e Horário:** Ocorre preferencialmente nas **Salas de Recursos Multifuncionais (SRM)** da própria escola ou de outra escola de ensino regular, no **contraturno** da escolarização. Pode também ser realizado em centros de AEE da rede pública ou em instituições comunitárias, confessionais ou filantrópicas sem fins lucrativos.

Lei Brasileira de Inclusão (LBI) - Lei nº 13.146/2015: É o marco legal mais importante e cobrado. O Capítulo IV (Do Direito à Educação) é de leitura obrigatória.

- **Art. 27:** Define a educação como um direito da pessoa com deficiência, assegurado em um sistema educacional inclusivo em todos os níveis e aprendizado ao longo de toda a vida.
- **Art. 28:** Detalha os deveres do poder público. Pontos que a IBAM explora:
 - Inciso I: Assegurar sistema educacional inclusivo, com Salas de Recursos Multifuncionais, classes, escolas ou serviços especializados. A menção a "escolas especializadas" é para casos de exceção, quando comprovada a necessidade, mas a regra é a inclusão.
 - Inciso IV: Proibição de cobrança de valores adicionais de qualquer natureza nas mensalidades, anuidades e matrículas no cumprimento das determinações da lei. Este é um ponto recorrente em provas.
 - Inciso V: Adoção de medidas individualizadas e coletivas que maximizem o desenvolvimento acadêmico e social dos estudantes.
 - Parágrafo 1º: As instituições privadas são obrigadas a cumprir o disposto na lei, sendo vedada a recusa de matrícula. A recusa é crime punível com reclusão de 2 a 5 anos e multa.
- **Conceitos da LBI:**
 - **Barreiras:** Qualquer entrave, obstáculo, atitude ou comportamento que limite ou impeça a participação social da pessoa. A IBAM pode pedir para identificar tipos de barreiras (atitudinais, arquitetônicas, etc.).
 - **Desenho Universal:** Concepção de produtos, ambientes, programas e serviços a serem utilizados por todas as pessoas, sem necessidade de adaptação ou de projeto específico.
 - **Adaptação Razoável:** Adaptações, modificações e ajustes necessários e adequados que não acarretem ônus desproporcional e indevido, quando requeridos em cada caso.

1.3 Pontos Importantes para Concursos

- **"Preferencialmente na rede regular de ensino":** Esta expressão, presente no Art. 208, III, da CF/88 e no Art. 58 da LDB, é a regra geral. A IBAM tentará confundir o candidato com os termos "exclusivamente", "obrigatoriamente" (que, embora forte, não reflete a exceção) ou "facultativamente". A matrícula na rede regular é um direito, não uma opção da escola.
- **Gratuidade do Apoio:** A LBI (Art. 28) veda explicitamente a cobrança de taxas ou valores extras por parte das escolas (públicas ou privadas) para oferecer os apoios necessários à inclusão.
- **AEE não é Reforço Escolar:** O AEE foca em desenvolver funcionalidades e habilidades específicas para eliminar barreiras, utilizando recursos e estratégias que não são próprios do ensino comum. Não se confunde com aulas de reforço do conteúdo curricular.
- **Responsabilidade do Sistema:** A responsabilidade pela inclusão é do sistema educacional como um todo, não apenas do professor do AEE ou do professor da sala regular isoladamente. Envolve gestão, projeto pedagógico, formação continuada e recursos.

1.4 Exercícios Práticos

Questão 1

(IBAM - Adaptada) De acordo com a Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva e o Decreto nº 7.611/2011, o Atendimento Educacional Especializado (AEE) tem como função identificar, elaborar e organizar recursos pedagógicos e de acessibilidade que eliminem as barreiras para a plena participação dos alunos. Sobre o AEE, é correto afirmar que:

- A) substitui a escolarização em classe comum para alunos que apresentam maiores dificuldades de aprendizagem.
- B) é realizado, exclusivamente, em escolas especiais, por professores com formação específica na área.
- C) deve ser oferecido no contraturno da escolarização, tendo caráter complementar ou suplementar e não substitutivo ao ensino regular.
- D) é facultado às escolas privadas, que podem cobrar uma taxa adicional para a sua oferta aos alunos com deficiência.

Resposta: C) deve ser oferecido no contraturno da escolarização, tendo caráter complementar ou suplementar e não substitutivo ao ensino regular.

Explicação: Esta alternativa descreve perfeitamente o AEE, conforme a legislação.

(A) Incorreta: O erro clássico. O AEE **NÃO** substitui o ensino regular, ele o

complementa/suplementa.

(B) Incorreta: O uso da palavra "exclusivamente" invalida a questão. O AEE ocorre preferencialmente nas Salas de Recursos Multifuncionais da própria escola regular, não apenas em escolas especiais.

(D) Incorreta: O AEE não é facultado às escolas privadas; elas são obrigadas a oferecer os apoios necessários. Além disso, a Lei Brasileira de Inclusão (Lei nº 13.146/2015, Art. 28) veda expressamente a cobrança de qualquer valor adicional para este fim.

Questão 2

(IBAM - Adaptada) A Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Lei nº 13.146/2015) estabelece uma série de incumbências ao poder público para assegurar um sistema educacional inclusivo. Conforme o Art. 28 desta lei, constitui um dever do Estado, da família, da comunidade escolar e da sociedade, exceto:

- A) assegurar a oferta de educação bilíngue, em Libras como primeira língua e na modalidade escrita da língua portuguesa como segunda língua, em escolas e classes bilíngues e em escolas inclusivas.
- B) garantir a participação dos estudantes com deficiência e de suas famílias nas diversas instâncias de atuação da comunidade escolar.
- C) proibir a cobrança de valores adicionais de qualquer natureza em mensalidades, anuidades e matrículas no cumprimento da lei.
- D) facultar a matrícula de estudantes com deficiência em classes ou escolas especiais, de acordo com a conveniência da instituição de ensino.

Resposta: D) facultar a matrícula de estudantes com deficiência em classes ou escolas especiais, de acordo com a conveniência da instituição de ensino.

Explicação: A questão pede a **exceção**, ou seja, o que NÃO é um dever. A alternativa D está duplamente errada. Primeiro, a matrícula na rede regular é a regra, e a matrícula em escolas especiais é uma exceção justificada pela necessidade do aluno, não uma faculdade. Segundo, a decisão jamais se baseia na "conveniência da instituição de ensino", mas sim nas necessidades específicas do estudante, após esgotadas as possibilidades da rede regular.

(A) Correta: É uma incumbência prevista no Art. 28, Inciso VI, da LBI.

(B) Correta: É uma incumbência prevista no Art. 28, Inciso XVI, da LBI.

(C) **Correta:** É uma incumbência crucial prevista no Art. 28, Inciso IV, da LBI, e um ponto muito explorado em concursos.

1.5 Dicas de Estudo

Foco na "Letra da Lei": A banca IBAM tem um perfil extremamente legalista. A melhor estratégia é a leitura atenta e repetida dos principais artigos que fundamentam a Educação Inclusiva:

- **Constituição Federal:** Art. 205, 206 e, principalmente, **Art. 208**.
- **LDB (Lei nº 9.394/96):** Art. 4º, e o capítulo V, "Da Educação Especial" (**Art. 58, 59, 59-A e 60**).
- **LBI (Lei nº 13.146/2015):** Ler o Capítulo IV inteiro (**Art. 27 a 30**). Memorize os deveres do poder público.
- **Decreto nº 7.611/2011:** Foca no AEE. É um decreto curto e de leitura rápida e essencial.

Cuidado com os Verbos e Advérbios: A IBAM modifica o sentido de uma assertiva trocando um verbo ou advérbio. Preste atenção em palavras como "assegurar", "garantir", "promover" (indicam dever) versus "facultar", "permitir", "possibilitar" (indicam opção). Da mesma forma, desconfie de generalizações com "exclusivamente", "somente", "nunca", "sempre" e da clássica armadilha "preferencialmente" vs. "obrigatoriamente".

2. Atendimento Educacional Especializado (AEE): Estrutura, Objetivos e Funcionamento

2.1 Introdução

O Atendimento Educacional Especializado (AEE) é um dos pilares da Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva (PNEEPEI, 2008). Sua concepção rompe com o modelo anterior de classes especiais e escolas segregadas, posicionando-se como um serviço de apoio fundamental à escolarização de alunos no ensino regular. Para a banca IBAM, que frequentemente elabora provas para concursos municipais na área da educação, o domínio sobre o AEE é crucial. As questões da IBAM tendem a ser diretas e legalistas, exigindo do candidato o conhecimento preciso dos decretos e resoluções que regulamentam o tema, especialmente o Decreto nº 7.611/2011 e a Resolução CNE/CEB nº

4/2009. A banca costuma focar na natureza do serviço, seus objetivos e na distinção clara entre as atribuições do AEE e as do ensino comum.

2.2 Conceitos Fundamentais

O AEE é definido como um conjunto de atividades, recursos de acessibilidade e pedagógicos organizados institucional e continuamente, prestado de forma **complementar** ou **suplementar** à formação dos alunos no ensino regular. É fundamental compreender que o AEE **não substitui** a escolarização. Ele ocorre, via de regra, no **contraturno** do período em que o aluno frequenta a sala de aula comum.

Público-Alvo do AEE

Conforme o Decreto nº 7.611/2011, o AEE destina-se a três grupos específicos de alunos:

- **Alunos com Deficiência:** Aqueles que têm impedimentos de longo prazo de natureza física, intelectual, mental ou sensorial, os quais, em interação com diversas barreiras, podem obstruir sua participação plena e efetiva na sociedade em igualdade de condições com as demais pessoas.
- **Alunos com Transtornos Globais do Desenvolvimento (TGD):** Aqueles que apresentam um quadro de alterações no desenvolvimento neuropsicomotor, comprometimento nas relações sociais, na comunicação ou estereotípias motoras. Incluem-se nessa definição alunos com Transtorno do Espectro Autista (TEA), síndromes do espectro do autismo e psicoses infantis.
- **Alunos com Altas Habilidades/Superdotação:** Aqueles que apresentam um potencial elevado e grande envolvimento com as áreas do conhecimento humano, isoladas ou combinadas, como a intelectual, liderança, psicomotora, artes e criatividade.

Objetivos do AEE

O objetivo central do AEE não é ensinar novamente o conteúdo da sala de aula comum. Seu foco é a **eliminação de barreiras** para a plena participação e aprendizagem. Seus objetivos específicos incluem:

- Identificar, elaborar e organizar recursos pedagógicos e de acessibilidade.
- Prover condições de acesso, participação e aprendizagem no ensino regular.
- Desenvolver estratégias e habilidades que não são objeto do currículo comum, como: ensino do sistema Braille, do Soroban, de técnicas de orientação e mobilidade, ensino da Língua Brasileira de Sinais (Libras), desenvolvimento da comunicação alternativa e aumentativa (CAA), e o uso de tecnologias assistivas.
- Para alunos com altas habilidades/superdotação, o objetivo é **suplementar** o currículo, promovendo o aprofundamento e enriquecimento de áreas de interesse.

Estrutura e Funcionamento

O AEE é operacionalizado, preferencialmente, nas **Salas de Recursos Multifuncionais (SRM)**, que são ambientes dotados de equipamentos, mobiliários e materiais didático-pedagógicos específicos. O funcionamento se dá a partir de um **Plano de AEE**, elaborado pelo professor especialista em AEE, em articulação com o professor da sala comum e a família do aluno. Este plano deve conter a identificação das necessidades educacionais específicas do aluno, a definição dos recursos necessários e as atividades a serem desenvolvidas.

Quadro Comparativo: AEE vs. Ensino Comum

Característica	Atendimento Educacional Especializado (AEE)	Ensino Comum
Natureza	Complementar ou Suplementar	Obrigatório e curricular
Foco	Eliminação de barreiras e desenvolvimento de habilidades específicas (Libras, Braille, CAA, etc.)	Desenvolvimento do currículo e dos conteúdos das áreas do conhecimento
Local	Sala de Recursos Multifuncionais (SRM)	Sala de aula comum
Turno	Contraturno	Turno regular de matrícula
Profissional	Professor com formação em Educação Especial	Professor da área de conhecimento específica (Pedagogo ou Licenciado)

2.3 Pontos Importantes para Concursos

- **Memorização da Tríade:** O público-alvo do AEE é composto por alunos com: 1) Deficiência; 2) Transtornos Globais do Desenvolvimento; 3) Altas Habilidades/Superdotação. A banca IBAM pode tentar confundir o candidato incluindo outros grupos, como alunos com dificuldades de aprendizagem ou em situação de vulnerabilidade social, que não são público-alvo do AEE.
- **Palavras-Chave:** "Complementar", "Suplementar" e "Contraturno" são termos essenciais. Qualquer alternativa que sugira que o AEE é "substitutivo" ou que ocorre no mesmo horário da aula regular está incorreta.

- **Foco na Funcionalidade:** O AEE não é reforço escolar. O objetivo não é refazer a lição de matemática, mas sim, por exemplo, ensinar o aluno a usar um software de leitura de tela para que ele possa acessar o problema de matemática de forma autônoma.
- **Articulação Docente:** O trabalho do professor de AEE não é isolado. Ele deve ser articulado com o professor da sala comum, a coordenação pedagógica e a família para garantir a coerência do processo educativo.
- **Base Legal:** As questões da IBAM são fortemente baseadas na "letra da lei". A leitura atenta do Decreto nº 7.611/2011 e da Resolução CNE/CEB nº 04/2009 é indispensável.

2.4 Exercícios Práticos

Questão 1

(IBAM - Adaptada) De acordo com a Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva e o Decreto nº 7.611/2011, o Atendimento Educacional Especializado (AEE) tem como função identificar, elaborar e organizar recursos pedagógicos e de acessibilidade que eliminem as barreiras para a plena participação dos alunos, considerando suas necessidades específicas. Sobre a natureza e a organização do AEE, é correto afirmar que:

- A) é um serviço substitutivo ao ensino regular, oferecido em classes especiais para alunos que não conseguem acompanhar o currículo comum.
- B) consiste em aulas de reforço escolar ministradas no mesmo turno da aula regular, focadas nos conteúdos em que o aluno apresenta maior dificuldade.
- C) é de natureza complementar ou suplementar à formação do aluno, sendo ofertado no contraturno da escolarização, preferencialmente em Salas de Recursos Multifuncionais.
- D) destina-se exclusivamente a alunos com deficiência física e intelectual, excluindo aqueles com altas habilidades/superdotação, que devem buscar programas específicos fora da escola.

Resposta: C) é de natureza complementar ou suplementar à formação do aluno, sendo ofertado no contraturno da escolarização, preferencialmente em Salas de Recursos Multifuncionais.

Explicação: Esta alternativa descreve corretamente as características fundamentais do AEE.

A) Incorreta: O erro está em "substitutivo". O AEE é complementar/suplementar e visa à inclusão no ensino regular, não à segregação em classes especiais.

B) Incorreta: O erro está em "reforço escolar" e "mesmo turno". O AEE não é reforço

de conteúdo e ocorre no contraturno.

D) Incorreta: O erro está em "exclusivamente". O público-alvo do AEE inclui alunos com deficiência (todas), TGD e altas habilidades/superdotação.

Questão 2

(IBAM - Inédita) A elaboração de um Plano de Atendimento Educacional Especializado (Plano de AEE) é uma atribuição central do professor que atua neste serviço. Considerando os objetivos do AEE, uma atividade que estaria em consonância com as diretrizes da educação inclusiva e que deveria constar em um Plano de AEE para um aluno cego seria:

- A) Aulas particulares de todas as disciplinas do currículo para garantir que o aluno memorize o conteúdo para as provas.
- B) O ensino do Sistema Braille, o uso do Soroban para cálculos matemáticos e o treinamento em softwares de leitura de tela.
- C) Acompanhamento do aluno dentro da sala de aula comum, ditando para ele todo o conteúdo que o professor escreve no quadro.
- D) A realização de todas as atividades e avaliações no lugar do aluno, para assegurar que ele obtenha notas suficientes para a aprovação.

Resposta: B) O ensino do Sistema Braille, o uso do Soroban para cálculos matemáticos e o treinamento em softwares de leitura de tela.

Explicação: Esta alternativa apresenta atividades que são o cerne do AEE: o desenvolvimento de habilidades e o ensino de recursos que promovem a autonomia e eliminam as barreiras de acesso ao conhecimento.

A) Incorreta: Confunde AEE com reforço escolar ou aulas particulares, o que não é sua função. O foco do AEE não é a memorização do conteúdo curricular.

C) Incorreta: Embora o apoio possa ser necessário, a função do AEE não é criar uma dependência, mas sim promover a autonomia. O ideal é ensinar o aluno a usar tecnologias assistivas para que ele mesmo acesse o conteúdo.

D) Incorreta: Esta prática é assistencialista, contrária ao princípio da autonomia, e invalida o processo de aprendizagem e avaliação do aluno.

Estratégia para a Prova da IBAM: Ao se deparar com uma questão sobre AEE, procure imediatamente por palavras-chave que definem ou descaracterizam o serviço. Se a alternativa mencionar "substituir", "reforço", "ensinar conteúdo curricular", "mesmo turno" ou "classe especial", desconfie. Por outro lado, termos como "complementar", "suplementar", "contraturno", "eliminar barreiras", "autonomia", "recursos de acessibilidade" e "Sala de Recursos Multifuncionais" geralmente indicam a alternativa correta. A IBAM valoriza o conhecimento literal da norma, portanto, a familiaridade com o texto do Decreto nº 7.611/2011 é um diferencial competitivo significativo.

3. Adaptações Curriculares e Estratégias Pedagógicas Inclusivas

3.1 Introdução

O tema das adaptações curriculares é um pilar da Educação Inclusiva e um dos tópicos de maior incidência em concursos da área da Educação, especialmente para a banca IBAM. A compreensão deste conceito exige a superação da antiga visão de "integração", na qual o aluno com deficiência deveria se esforçar para se adequar a uma estrutura escolar rígida. O paradigma da inclusão, consolidado pela Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva (PNEEPEI, 2008) e pela Lei Brasileira de Inclusão (LBI - Lei nº 13.146/2015), inverte essa lógica: é o sistema educacional que deve se transformar e se adaptar para garantir o acesso, a participação e a aprendizagem de todos os alunos, sem exceção. A banca IBAM costuma cobrar este tema de forma bastante objetiva, focando nas definições, classificações e na distribuição de responsabilidades entre os diferentes atores educacionais. O candidato deve dominar não apenas o "o que" adaptar, mas o "porquê" e "como", sempre com base na legislação e nos documentos oficiais.

3.2 Conceitos Fundamentais

Para aprofundar o estudo, é crucial diferenciar e compreender os seguintes conceitos:

- **Currículo:** Em uma perspectiva inclusiva, o currículo transcende a mera lista de conteúdos. Ele abrange todas as experiências de aprendizagem promovidas pela escola, incluindo os objetivos, os conteúdos, as metodologias, as formas de avaliação, as relações sociais e os valores. É um conceito dinâmico e flexível.
- **Adaptações Curriculares:** São estratégias e modificações planejadas no processo de ensino-aprendizagem para responder às necessidades educacionais específicas dos alunos. O objetivo não é "empobrecer" o currículo, mas viabilizar o acesso a ele. Segundo os Parâmetros Curriculares Nacionais - Adaptações Curriculares (1999), são "respostas

educativas que devem ser dadas pelo sistema educacional para favorecer todos os alunos e entre estes, os que apresentam necessidades educacionais especiais".

- **Plano de Ensino Individualizado (PEI) ou Plano de Desenvolvimento Individual (PDI):** É o documento formal que registra as adaptações e os recursos necessários para um aluno específico. É elaborado de forma colaborativa entre o professor da sala de aula regular, o professor do Atendimento Educacional Especializado (AEE), a família e, sempre que possível, o próprio aluno. O PEI não é um currículo paralelo, mas um instrumento para planejar como o aluno acessará o currículo comum.

As adaptações podem ser classificadas em diferentes níveis e tipos, uma distinção frequentemente explorada pela banca IBAM:

Quadro Comparativo: Níveis de Adaptação Curricular		
Nível de Abrangência	Descrição	Exemplo Prático (IBAM Style)
1. Projeto Político-Pedagógico (PPP)	Modificações na organização e cultura da escola como um todo. É o nível mais amplo, que reflete a filosofia inclusiva da instituição.	Prever no PPP a contratação de intérpretes de LIBRAS, a aquisição de softwares de acessibilidade e a formação continuada de professores em educação inclusiva.
2. Currículo de Sala de Aula	Ajustes realizados pelo professor no seu planejamento para atender à diversidade da turma.	O professor de História, sabendo que tem alunos com diferentes estilos de aprendizagem, planeja uma unidade que inclui leitura de texto, exibição de documentário, debate em grupo e construção de uma linha do tempo.
3. Nível Individual (PEI)	Ajustes específicos e direcionados para um determinado aluno, formalizados no PEI.	Para um aluno com Transtorno do Espectro Autista (TEA), o PEI determina que as avaliações serão divididas em partes menores e realizadas em um ambiente com menos estímulos visuais e sonoros.

Além dos níveis, as adaptações se dividem em tipos, ponto crucial para as provas:

- **Adaptações de Acesso ao Currículo:** Referem-se à eliminação de barreiras arquitetônicas, de comunicação e de informação. Elas não modificam o conteúdo, mas

criam as condições para que o aluno possa participar das atividades.

- **Exemplos:** Instalação de rampas e corrimãos; uso de mobiliário adaptado; disponibilização de intérprete de LIBRAS; uso de pranchas de comunicação alternativa; softwares leitores de tela; textos em Braille ou com fontes ampliadas.
- **Adaptações nos Elementos do Currículo:** Referem-se a modificações nos objetivos, conteúdos, metodologia e avaliação. Podem ser:
 - **Não Significativas:** Pequenos ajustes que não alteram os objetivos e conteúdos essenciais da série/ano. São as mais comuns. **Exemplos:** Conceder mais tempo para a realização de uma prova; permitir o uso de calculadora; apresentar uma atividade em formato diferente (oral em vez de escrito); dividir uma tarefa longa em etapas menores.
 - **Significativas:** Modificações substanciais que podem envolver a alteração, priorização ou até eliminação de objetivos e conteúdos básicos do currículo comum. Devem ser a última opção, utilizadas com muito critério e apenas quando estritamente necessário, após esgotadas todas as outras possibilidades. **Exemplo:** Para um aluno com deficiência intelectual severa, em uma aula de química do Ensino Médio sobre balanceamento de equações, o objetivo adaptado pode ser focar na identificação dos elementos químicos em produtos do cotidiano, em vez do cálculo estequiométrico.

3.3 Pontos Importantes para Concursos

- **Responsabilidade pela Adaptação:** A PNEEPEI (2008) é clara: a responsabilidade pela elaboração e execução das adaptações curriculares na sala de aula comum é do **professor regente**. O professor do AEE atua como um parceiro, oferecendo suporte, recursos e orientações, mas não substitui a responsabilidade do professor da turma. A IBAM adora criar questões que tentam atribuir essa responsabilidade exclusivamente ao professor do AEE ou à direção da escola.
- **AEE: Complementar, não Substitutivo:** O Atendimento Educacional Especializado ocorre preferencialmente no contraturno escolar e tem como função identificar, elaborar e organizar recursos pedagógicos e de acessibilidade que eliminem as barreiras para a plena participação dos alunos. Ele **não** é um reforço escolar e **não** substitui a escolarização na classe comum.
- **LBI (Lei nº 13.146/2015):** O Art. 28 desta lei é de leitura obrigatória. Ele assegura um "sistema educacional inclusivo em todos os níveis" e detalha a oferta de "profissionais de apoio escolar" e a "adoção de medidas individualizadas e coletivas que maximizem o desenvolvimento acadêmico e social dos estudantes com deficiência, favorecendo o acesso, a permanência, a participação e a aprendizagem em instituições de ensino". A IBAM frequentemente extrai a literalidade deste artigo para suas questões.
- **Desenho Universal para a Aprendizagem (DUA):** Embora o conceito de "adaptação" seja reativo (ajusta-se algo que já existe), o DUA é um conceito mais moderno e proativo. Propõe a criação de currículos e práticas pedagógicas que já sejam flexíveis e acessíveis

desde sua concepção, buscando atender à diversidade humana. Seus três princípios (múltiplas formas de apresentação, de ação/expressão e de engajamento) visam minimizar a necessidade de adaptações posteriores. A IBAM pode começar a introduzir este conceito em provas mais recentes.

3.4 Exercícios Práticos

Questão 1

De acordo com a Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva (PNEEPEI, 2008) e a legislação vigente, a escola, ao receber um aluno com baixa visão, providenciou a impressão de todos os materiais didáticos com fontes ampliadas e instalou um software leitor de tela no computador da biblioteca. Essas ações são classificadas como:

- A) Adaptações curriculares significativas nos objetivos de aprendizagem.
- B) Adaptações de acesso ao currículo.
- C) Adaptações curriculares não significativas na metodologia de ensino.
- D) Estratégias do Atendimento Educacional Especializado que substituem o currículo comum.

Resposta: B) Adaptações de acesso ao currículo.

Explicação: A questão descreve medidas que visam eliminar barreiras para que o aluno possa acessar as informações e participar das atividades propostas, sem alterar o conteúdo ou os objetivos pedagógicos. A impressão com fontes ampliadas e o software leitor de tela são recursos de tecnologia assistiva que garantem o acesso à informação escrita. Portanto, enquadram-se perfeitamente na definição de adaptações de acesso ao currículo. A alternativa A está incorreta porque não houve alteração nos objetivos. A C está incorreta porque, embora a metodologia possa ser afetada, a natureza principal da ação é garantir o acesso, e não apenas um ajuste metodológico pontual. A D está incorreta porque as adaptações e o AEE não substituem o currículo comum, mas sim viabilizam a participação nele.

Questão 2

No contexto de uma escola inclusiva, a responsabilidade primária pela elaboração e implementação das adaptações curriculares necessárias para um aluno com deficiência, que frequenta uma sala de aula regular, é:

- A) Exclusivamente do professor especialista do Atendimento Educacional Especializado (AEE).
- B) Do professor da sala de aula regular, com o apoio do professor do AEE e da equipe pedagógica.
- C) Da família do aluno, que deve fornecer um laudo indicando as adaptações necessárias.
- D) Da direção da escola, que deve elaborar um currículo paralelo para o aluno.

Resposta: B) Do professor da sala de aula regular, com o apoio do professor do AEE e da equipe pedagógica.

Explicação: Este é um ponto central e uma "pegadinha" comum da banca IBAM. A PNEEPEI e as diretrizes para a educação inclusiva estabelecem um modelo de colaboração. O professor regente da turma é o principal responsável pelo processo de ensino-aprendizagem de TODOS os seus alunos, incluindo aqueles com deficiência. Ele é quem planeja e executa as atividades e, portanto, quem implementa as adaptações no dia a dia. Contudo, ele não faz isso sozinho. Ele conta com o suporte técnico-pedagógico do professor do AEE, da coordenação pedagógica e de toda a equipe escolar. A alternativa A está errada ao usar o termo "exclusivamente". A C está errada porque a família é parceira, mas não tem a responsabilidade técnica pela adaptação curricular. A D está errada pois a criação de um "currículo paralelo" vai contra o princípio da inclusão, que preza pelo acesso ao currículo comum.

3.5 Dicas de Estudo

Para a banca IBAM, a literalidade dos documentos oficiais é fundamental. Ao estudar, crie um mapa mental ou uma tabela com duas colunas principais: "Adaptações de Acesso" e "Adaptações nos Elementos do Currículo". Dentro da segunda coluna, crie duas subcolunas: "Não Significativas" e "Significativas". Para cada uma, liste palavras-chave e exemplos práticos. Por exemplo: Acesso = rampas, LIBRAS, Braille, software. Não Significativa = mais tempo, outro formato, calculadora. Significativa = alterar objetivo, eliminar conteúdo. Esse tipo de organização visual ajuda a fixar as classificações que a IBAM tanto explora em suas questões de múltipla escolha.

4. Recursos, Tecnologia Assistiva e Acessibilidade na Educação

4.1 Introdução

O tema da acessibilidade e do uso de tecnologias na educação inclusiva é um pilar nos concursos para a área da educação, especialmente os organizados pela banca IBAM. A abordagem da IBAM é caracterizada pela objetividade e pela cobrança direta dos conceitos presentes na legislação, com destaque para a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (LBI - Lei nº 13.146/2015) e a Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva (2008). Compreender a terminologia exata e a aplicação prática desses conceitos é fundamental, pois a banca frequentemente elabora questões que exigem a diferenciação sutil entre termos como Acessibilidade, Tecnologia Assistiva, Desenho Universal para a Aprendizagem e Adaptações Razoáveis. Este material aprofunda esses conceitos sob a ótica da cobrança em provas, capacitando o candidato a identificar as nuances e armadilhas típicas da IBAM.

4.2 Conceitos Fundamentais

A base para responder às questões da IBAM sobre este tema reside no domínio preciso das definições legais. A banca não costuma explorar divergências doutrinárias, mas sim a literalidade dos textos normativos.

Acessibilidade

Conforme o Art. 3º da LBI, acessibilidade é a "possibilidade e condição de alcance para utilização, com segurança e autonomia, de espaços, mobiliários, equipamentos urbanos, edificações, transportes, informação e comunicação, inclusive seus sistemas e tecnologias, bem como de outros serviços e instalações abertos ao público, de uso público ou privados de uso coletivo, tanto na zona urbana como na rural, por pessoa com deficiência ou com mobilidade reduzida". A IBAM costuma explorar as dimensões da acessibilidade, que não se resume apenas ao aspecto físico:

- **Acessibilidade Arquitetônica:** Eliminação de barreiras em edifícios, espaços e equipamentos urbanos. Ex: rampas, elevadores, banheiros adaptados, sinalização tátil no piso.
- **Acessibilidade Comunicacional:** Eliminação de barreiras na comunicação interpessoal (presencial ou à distância). Ex: intérprete de Libras, audiodescrição em eventos, legendas em vídeos.
- **Acessibilidade Metodológica (ou Pedagógica):** Eliminação de barreiras nos métodos e técnicas de estudo. Ex: uso de diferentes estratégias de ensino que atendam a diversos estilos de aprendizagem, flexibilização do tempo para realização de atividades.

- **Acessibilidade Instrumental:** Eliminação de barreiras em instrumentos, utensílios e ferramentas de estudo. Ex: lápis com engrossadores, tesouras adaptadas, teclados com colmeia.
- **Acessibilidade Atitudinal:** Eliminação de preconceitos, estigmas, estereótipos e discriminações. É a base para que as outras dimensões se efetivem. Ex: programas de conscientização na comunidade escolar, combate ao bullying.
- **Acessibilidade Programática:** Eliminação de barreiras em políticas públicas, normas e regulamentos. Ex: um Projeto Político-Pedagógico (PPP) que contemple as diretrizes da educação inclusiva.

Tecnologia Assistiva (TA)

Definida pela LBI como "produtos, equipamentos, dispositivos, recursos, metodologias, estratégias, práticas e serviços que objetivem promover a funcionalidade, relacionada à atividade e à participação da pessoa com deficiência ou com mobilidade reduzida, visando à sua autonomia, independência, qualidade de vida e inclusão social". A TA é um recurso individualizado, focado em ampliar uma habilidade funcional deficitária ou possibilitar a realização de uma função. É um conceito-chave para o Atendimento Educacional Especializado (AEE).

Exemplos práticos:

- Para um aluno com baixa visão: lupas eletrônicas, softwares de ampliação de tela.
- Para um aluno cego: máquina de escrever em Braille, software leitor de tela (como NVDA ou Jaws), bengala longa.
- Para um aluno com deficiência física nos membros superiores: teclado virtual com acionador de cabeça, engrossadores de lápis.
- Para um aluno não oralizado: pranchas de comunicação com símbolos (Comunicação Aumentativa e Alternativa - CAA), softwares vocalizadores.

Desenho Universal para a Aprendizagem (DUA)

O DUA é uma abordagem curricular que visa tornar a aprendizagem acessível a todos os alunos desde o início, minimizando a necessidade de adaptações posteriores. Diferente da TA, que é um recurso específico para um indivíduo, o DUA é uma concepção pedagógica universal. Baseia-se em três princípios:

1. **Múltiplas formas de Apresentação/Representação (O quê da aprendizagem):**
Oferecer a informação em diferentes formatos. Ex: texto escrito, áudio, vídeo, gráficos, modelos táteis.
2. **Múltiplas formas de Ação e Expressão (O como da aprendizagem):** Permitir que os alunos demonstrem o que sabem de diversas maneiras. Ex: prova escrita, apresentação oral, produção de um vídeo, construção de uma maquete.

3. Múltiplas formas de Engajamento/Envolvimento (O porquê da aprendizagem):

Estimular o interesse e a motivação dos alunos por meio de escolhas, relevância e desafios adequados. Ex: permitir que o aluno escolha o tema de um trabalho dentro de um assunto maior, conectar o conteúdo com a realidade do aluno.

Adaptações Razoáveis

A LBI define como "adaptações, modificações e ajustes necessários e adequados que não acarretem ônus desproporcional e indevido, quando requeridos em cada caso, a fim de assegurar que a pessoa com deficiência possa gozar ou exercer, em igualdade de condições e oportunidades com as demais pessoas, todos os direitos e liberdades fundamentais". A principal diferença para o DUA é que a adaptação razoável é **reativa e individualizada**, feita para atender a uma necessidade específica que não foi contemplada pelo desenho original. O DUA é **proativo e universal**.

4.3 Pontos Importantes para Concursos

- **Literalidade da LBI:** A IBAM frequentemente constrói o enunciado ou as alternativas copiando textualmente o Art. 3º da Lei nº 13.146/2015. Memorizar as definições de "acessibilidade", "barreiras", "tecnologia assistiva" e "desenho universal" é crucial.
- **Diferenciação Conceitual:** A principal armadilha da banca é confundir os conceitos. Uma questão pode descrever uma prática de DUA e perguntar se é uma Tecnologia Assistiva. Ou descrever uma Adaptação Razoável e chamá-la de Desenho Universal.

Quadro Comparativo Rápido:

- **DUA:** Proativo, para todos, planejado desde o início (Ex: um vídeo com legendas e audiodescrição para toda a turma).
- **Adaptação Razoável:** Reativo, para um indivíduo, ajuste pontual (Ex: permitir que um aluno com TDAH faça a prova em uma sala separada).
- **Tecnologia Assistiva:** Recurso/serviço, para um indivíduo, amplia a funcionalidade (Ex: fornecer um software leitor de tela para um aluno cego).

- **O Papel do AEE:** O Atendimento Educacional Especializado é o serviço da educação especial que tem como função identificar, elaborar e organizar recursos pedagógicos e de acessibilidade que eliminem as barreiras para a plena participação dos alunos. A IBAM pode vincular a oferta de TA à atuação do professor do AEE.
- **Acessibilidade Atitudinal:** Este é um conceito frequentemente negligenciado pelos candidatos e explorado pela banca. Uma questão pode apresentar várias soluções tecnológicas e arquitetônicas, mas a alternativa correta pode envolver a mudança de atitudes e a quebra de paradigmas na escola como condição essencial para a inclusão.

4.4 Exercícios Práticos

Questão 1

Uma professora de História, ao planejar sua aula sobre a Revolução Industrial para uma turma do 8º ano que inclui alunos com deficiência visual, dislexia e TDAH, decide disponibilizar o conteúdo por meio de um texto impresso com fonte ampliada, um audiolivro narrado e um documentário com legendas e audiodescrição. Além disso, para a avaliação, ela permite que os alunos escolham entre redigir um ensaio, criar uma apresentação de slides ou gravar um podcast sobre o tema. A abordagem pedagógica adotada pela professora está mais alinhada ao conceito de:

- A) Tecnologia Assistiva, pois utiliza recursos tecnológicos para atender a necessidades específicas.
- B) Adaptação Razoável, pois modifica a aula para alunos específicos com deficiência.
- C) Desenho Universal para a Aprendizagem (DUA), pois planeja a aula com múltiplos meios de apresentação, expressão e engajamento para beneficiar todos os alunos.
- D) Acessibilidade Comunicacional, pois foca exclusivamente em eliminar barreiras na comunicação da informação.

Resposta: C) Desenho Universal para a Aprendizagem (DUA), pois planeja a aula com múltiplos meios de apresentação, expressão e engajamento para beneficiar todos os alunos.

Explicação: A questão descreve uma prática proativa e planejada para atender à diversidade da turma desde o início, e não como uma reação a uma dificuldade pontual. A professora oferece múltiplas formas de apresentar o conteúdo (texto, áudio, vídeo - Princípio 1 do DUA) e múltiplas formas para os alunos expressarem seu conhecimento (ensaio, slides, podcast - Princípio 2 do DUA). Embora utilize tecnologias, o conceito central que norteia a prática é o DUA, que é mais amplo e beneficia a todos, não apenas os alunos com laudo. A alternativa A está incorreta porque a TA é o recurso em si (ex: o software de audiodescrição), mas a abordagem pedagógica geral é o DUA. A alternativa B está incorreta porque não se trata de um ajuste pontual e reativo (adaptação), mas de um planejamento universal. A alternativa D é incompleta, pois a prática também envolve acessibilidade metodológica e de expressão, não apenas comunicacional.

Questão 2

De acordo com a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Lei nº 13.146/2015), o conjunto de produtos, equipamentos, dispositivos, recursos, metodologias, estratégias, práticas e serviços que objetivam promover a funcionalidade, relacionada à atividade e à participação da pessoa com deficiência, visando à sua autonomia e inclusão social, é a definição de:

- A) Acessibilidade.
- B) Desenho Universal.
- C) Adaptação Razoável.
- D) Tecnologia Assistiva.

Resposta: D) Tecnologia Assistiva.

Explicação: Esta é uma questão típica da IBAM, que exige o conhecimento da literalidade da lei. O enunciado reproduz quase que integralmente a definição de Tecnologia Assistiva encontrada no Art. 3º, Inciso III, da LBI. As demais alternativas representam outros conceitos definidos na mesma lei, mas que não correspondem à descrição fornecida.

- **A) Acessibilidade:** Refere-se à condição de alcance e utilização de espaços, serviços, informação, etc.

- **B) Desenho Universal:** Refere-se à concepção de produtos e ambientes para serem usados por todas as pessoas, sem necessidade de adaptação.

- **C) Adaptação Razoável:** Refere-se a modificações e ajustes pontuais para um caso específico.

Portanto, a única definição que corresponde ao enunciado é a de Tecnologia Assistiva.

4.5 Dicas de Estudo

Para se preparar para a banca IBAM neste tópico, concentre-se em criar ferramentas de memorização ativa. Elabore um glossário pessoal com os termos do Art. 3º da LBI e, ao lado de cada termo, escreva a definição com suas próprias palavras e adicione dois exemplos práticos no contexto escolar. Além disso, leia atentamente a "Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva (2008)", focando nos trechos que descrevem a função do AEE e a disponibilização de recursos. A IBAM valoriza a conexão entre a legislação (LBI) e as políticas públicas (PNEEI). Por fim, ao resolver

questões, sempre desconfie de alternativas com palavras restritivas como "apenas", "somente", "exclusivamente" ou "unicamente", pois a educação inclusiva é um campo de ações múltiplas e integradas.

5. Papel dos Profissionais, Família e Comunidade na Inclusão Educacional

5.1 Introdução

A efetivação da educação inclusiva transcende os muros da sala de aula e depende de uma complexa rede de colaboração. O modelo atual, amparado pela Constituição Federal, pela Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB) e, principalmente, pela Lei Brasileira de Inclusão (LBI), entende que a responsabilidade pelo sucesso educacional do aluno com deficiência é compartilhada. A banca IBAM, em suas provas, costuma cobrar o entendimento claro das atribuições de cada ator nesse processo, focando na distinção de papéis e na concepção de trabalho colaborativo. A abordagem não é meramente teórica, mas exige o conhecimento das responsabilidades práticas e legais de profissionais da educação, da família e da comunidade em geral.

5.2 Conceitos Fundamentais

Para compreender a dinâmica da inclusão, é essencial dominar o conceito de **Rede de Apoio**. Esta rede não é uma estrutura formal, mas um conjunto de relações e ações coordenadas que visam eliminar as barreiras para a plena participação e aprendizagem do aluno. A LBI (Lei nº 13.146/2015) é o pilar que define muitas dessas responsabilidades, tratando a inclusão como um direito e estabelecendo deveres para o Estado, a sociedade e a família.

Os papéis dentro dessa rede são distintos, mas interdependentes:

- **Profissionais da Educação:** São os agentes diretos do processo pedagógico. Suas funções são específicas e frequentemente exploradas em questões de concurso.
 - **Professor da Sala de Aula Regular:** É o principal mediador do currículo. Sua função não é delegar o aluno com deficiência ao especialista, mas sim adaptar suas práticas pedagógicas para atender a todos. Isso inclui: elaborar e aplicar atividades diversificadas, utilizar os princípios do Desenho Universal para a Aprendizagem (DUA), avaliar o processo de ensino-aprendizagem de forma contínua e formativa, e planejar em conjunto com o professor do AEE. A responsabilidade pelo ensino do conteúdo curricular é sua.
 - **Professor do Atendimento Educacional Especializado (AEE):** Atua no contraturno escolar, em Salas de Recursos Multifuncionais. Seu papel é **complementar ou suplementar** a formação do aluno, e **NÃO substitutivo** ao

ensino da classe comum. Suas atribuições, segundo o Decreto nº 7.611/2011, incluem: identificar, elaborar e organizar recursos pedagógicos e de acessibilidade; orientar professores e famílias; e eliminar barreiras para a plena participação dos alunos. Ele não ensina o currículo da série, mas desenvolve habilidades e competências que permitam ao aluno acessar esse currículo.

- **Gestão Escolar (Diretor, Coordenador Pedagógico):** Responsável por criar e manter uma cultura inclusiva na escola. Isso envolve: garantir a matrícula de todos os alunos sem discriminação, prover os recursos necessários (físicos, materiais e humanos), promover a formação continuada dos professores, articular a comunicação entre escola e família, e mediar a construção do Projeto Político-Pedagógico (PPP) em uma perspectiva inclusiva.
- **Família:** É a parceira fundamental da escola. A LBI reforça seu papel ativo. A família não é apenas uma receptora de informações, mas uma co-autora do processo educacional. Suas responsabilidades incluem: fornecer informações essenciais sobre o histórico e as especificidades do aluno, participar da elaboração e acompanhamento do Plano de Desenvolvimento Individual (PDI) ou Plano de Ensino Individualizado (PEI), reforçar os estímulos em casa, e atuar como defensora dos direitos do filho, cobrando do poder público a efetivação das políticas de inclusão.
- **Comunidade:** A inclusão não se esgota na escola. A comunidade (vizinhança, associações, empresas locais, etc.) tem o papel de combater as **barreiras atitudinais**, que são as mais difíceis de superar. Isso se manifesta em: acolher a pessoa com deficiência em espaços públicos, oferecer oportunidades de lazer, cultura e trabalho, e desmistificar preconceitos e estereótipos. Uma comunidade inclusiva fortalece o trabalho da escola, pois valida a importância da diversidade no cotidiano.

Quadro Comparativo de Papéis (Foco IBAM)

Ator	Papel Principal	Pegadinha Comum em Provas
Professor da Classe Comum	Adaptação curricular e ensino para TODOS os alunos.	Afirmar que ele deve delegar o ensino do aluno com deficiência ao professor do AEE. (Incorreto)
Professor do AEE	Atuação complementar/suplementar no contraturno (identificar necessidades, prover recursos).	Dizer que o AEE substitui a classe comum ou que o professor do AEE é responsável pelo conteúdo curricular. (Incorreto)

Família

Parceira ativa na elaboração do PEI e na defesa de direitos.

Colocar a família como única responsável pelo sucesso ou fracasso do aluno, isentando a escola. (Incorreto)

5.3 Pontos Importantes para Concursos

- **Colaboração é a Palavra-Chave:** A IBAM valoriza a ideia de trabalho em rede. Questões que apresentam soluções isoladas, onde apenas um ator (só a escola, só a família) é responsável, tendem a estar incorretas. A resposta correta geralmente envolve articulação e parceria.
- **AEE é Complementar/Suplementar:** Memorize esta distinção. O AEE não substitui o ensino regular. A matrícula no AEE pressupõe a matrícula na classe comum. A LDB, no Art. 58, § 1º, e o Decreto nº 7.611/2011 são claros quanto a isso.
- **Direito à Matrícula:** A recusa de matrícula de aluno com deficiência em escola regular é crime, conforme o Art. 8º da Lei nº 7.853/89 e reforçado pela LBI. A gestão escolar tem o dever de garantir a vaga e os recursos de acessibilidade.
- **Barreiras Atitudinais:** A IBAM pode cobrar o conceito de barreiras definido na LBI (Art. 3º). A barreira atitudinal (preconceitos, estereótipos, estigmas) é frequentemente citada como a principal a ser combatida pela ação conjunta de escola, família e comunidade.
- **Projeto Político-Pedagógico (PPP):** O PPP é o documento que deve nortear a política inclusiva da escola. A participação da família e da comunidade em sua elaboração é um princípio da gestão democrática e um fator essencial para a inclusão.

5.4 Exercícios Práticos

Questão 1

(IBAM - Adaptada) De acordo com a Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva, o Atendimento Educacional Especializado (AEE) tem como função identificar, elaborar e organizar recursos pedagógicos e de acessibilidade que eliminem as barreiras para a plena participação dos alunos. Considerando o papel dos profissionais envolvidos, é correto afirmar que:

- A) a responsabilidade pelo ensino do conteúdo curricular do aluno com deficiência é transferida integralmente para o professor do AEE.
- B) o professor da sala de aula comum deve aguardar as orientações do AEE para iniciar o trabalho com o aluno, não tendo autonomia para criar adaptações.

- C) o AEE é um serviço substitutivo ao ensino regular, sendo ofertado em turmas especiais para garantir um atendimento focado nas necessidades do aluno.
- D) o professor da sala de aula comum e o professor do AEE devem atuar de forma colaborativa, sendo o primeiro responsável pelo ensino curricular e o segundo pela oferta de recursos e estratégias complementares.

Resposta: D) o professor da sala de aula comum e o professor do AEE devem atuar de forma colaborativa, sendo o primeiro responsável pelo ensino curricular e o segundo pela oferta de recursos e estratégias complementares.

Explicação: Esta questão aborda o ponto central da colaboração entre os profissionais, um tema recorrente para a banca IBAM.

A) Incorreta: Clássica "pegadinha". A responsabilidade pelo ensino do currículo é sempre do professor da classe comum. O AEE não assume essa função.

B) Incorreta: O professor da classe comum tem autonomia e o dever de buscar estratégias inclusivas desde o primeiro momento. A colaboração com o AEE enriquece seu trabalho, mas não o paralisa.

C) Incorreta: O erro está em "substitutivo". A legislação (LDB, Decreto 7.611/11, LBI) define o AEE como **complementar ou suplementar**, e não substitutivo. O modelo de turmas especiais é característico da integração, não da inclusão.

D) Correta: Descreve perfeitamente o modelo de colaboração preconizado pela política de inclusão. Define corretamente os papéis distintos e interdependentes: o professor regente com o currículo e o professor do AEE com o suporte e os recursos para que o acesso a esse currículo seja possível.

Questão 2

(Inédita - Estilo IBAM) A Lei Brasileira de Inclusão (Lei nº 13.146/2015) estabelece um sistema educacional inclusivo em todos os níveis e modalidades. No que tange ao papel da família e da comunidade neste sistema, é correto afirmar que:

- A) a família tem o dever de prover todo o material de apoio especializado que o aluno necessita, isentando a escola dessa responsabilidade.
- B) a escola pode condicionar a matrícula do aluno à apresentação de um laudo médico e à participação obrigatória da família em todas as atividades escolares.
- C) a inclusão é um processo restrito ao ambiente escolar, não sendo uma responsabilidade da comunidade externa, que deve apenas respeitar as leis.

- D) incumbe ao poder público, à família, à comunidade escolar e à sociedade assegurar a educação de qualidade à pessoa com deficiência, colocando-a a salvo de toda forma de violência, negligência e discriminação.

Resposta: D) incumbe ao poder público, à família, à comunidade escolar e à sociedade assegurar a educação de qualidade à pessoa com deficiência, colocando-a a salvo de toda forma de violência, negligência